



CÂMARA MUNICIPAL DE IJUÍ
PODER LEGISLATIVO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Processo nº 1.549/2022	Entrada: 20.07.2022 Hora: 10h26min
Natureza: MOÇÃO Nº 20/2022	Ordem do dia: 21/07/2022
Autores: Bruna Gubiani e Coletivo e signatários	Despacho: <input checked="" type="checkbox"/> APROVADO <input type="checkbox"/> REJEITADO <input type="checkbox"/> ENCAMINHE-SE <input type="checkbox"/>
Bancada: PCdoB	
Assunto: Moção de Apoio	Presidente

Exmo. Sr.
Presidente da Câmara Municipal
N e s t a

A Signatária Vereadora Bruna Gubiani, Bancada do PCdoB, requer, nos termos regimentais, a consignação nos anais da Casa, a MOÇÃO de APOIO à causa dos Servidores(as) Públicos(as) Estaduais Inativos(as) e Pensionistas e, em especial, aos trabalhadores(as) em educação do nosso Município, em razão das alterações trazidas pela Instrução Normativa IPE Prev. nº 02/2022 e Leis Complementares nº 13.757 e nº 13.758, fixando as alíquotas e modificando a base de cálculo da contribuição previdenciária sobre o valor do benefício.

A referida alteração vem prejudicando Servidores(as) Inativos(as) e Pensionistas em todo Estado do Rio Grande do Sul e, por entender ser injusta a fixação destes índices, subscrevemos a presente moção reivindicando os itens a seguir:

a) que sejam isentos de contribuição previdenciária os Servidores(as) Inativos(as) e Pensionistas que recebam proventos até o teto da previdência pago pelo INSS, atualmente R\$ 7.087,22 (sete mil e oitenta e sete reais e vinte e dois centavos), de acordo com o Regime Geral da Previdência Social;

b) que seja cumprida, na sua integralidade, a Lei do Piso Salarial Profissional Nacional, garantindo aos profissionais da educação o seu recebimento;

c) que os Servidores(as) Aposentados e Pensionistas sejam amparados(as) nos termos da Lei nº 10.741/2003, baseado nos artigos 3º, 4º, 9º e 10 do Estatuto do Idoso e conforme art. 230 da Constituição Federal;

d) demonstração de apoio e ação dos(as) Deputados(as) com assento na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, dos Líderes das Bancadas dos Partidos e das Entidades de Classe, para que os(as) aposentados(as) que contribuíram uma vida inteira para a Previdência não continuem a ser penalizados com esta cobrança.

Diante do exposto, após aprovação do soberano Plenário, requer-se que seja encaminhada a presente moção à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e ao Palácio Piratini, pleiteando apoio à causa.